



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: A Tribuna Piracicabana

Data: 19/01/2012

Link: <http://www.tribunatp.com.br/modules/news/article.php?storyid=11255>

Caderno / Página: - / -

Assunto: ESALQ: Pesquisa avalia mudas de mata ciliar

ESALQ: Pesquisa avalia mudas de mata ciliar

Bióloga Milene Biachi dos Santos avaliou a eficiência de diferentes métodos de enriquecimento das plantas de reflorestamento

Rodovias, anéis viários, aeroportos, praças esportivas e uma série de intervenções urbanísticas representam obras de infra-estrutura promovidas a partir de desmatamentos legalizados. No entanto, o aproveitamento dessas áreas a partir do resgate de mudas destinadas à restauração de mata ciliar (APP) e reservas legais previstas no Código Florestal hoje em vigor ainda é algo recente.

“Esse tipo de ação barateia custos e aumenta as possibilidades de restauração em todo o Brasil”, comenta Sergius Gandolfi, professor do Departamento de Ciências Florestais, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

Em um dos trabalhos orientados por Gandolfi, a bióloga Milene Bianchi dos Santos avaliou a eficiência de diferentes métodos de enriquecimento, como a transferência de plântulas da regeneração natural para produção e introdução de mudas de espécies de sub-bosque em um fragmento de floresta estacional semidecidual em processo de restauração no Estado de São Paulo.

“O enriquecimento dessas áreas por meio da introdução de diferentes espécies, formas de vida e grupos funcionais busca acelerar o restabelecimento da complexidade estrutural e funcional a fim de perpetuar o fragmento”, explica a bióloga.

O estudo segue uma nova linha de pesquisa realizada no Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF) para o desenvolvimento de técnicas de intervenção e manejo em áreas em processo de restauração. Na prática é feita uma coleta de material antes do desmatamento, as plântulas são levadas para o viveiro para a formação de mudas e plantadas em campo para o enriquecimento de uma área.

“Este trabalho pode gerar subsídios para elaboração de políticas públicas visando à coleta deste material como medidas compensatórias e mitigadoras para o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos”, conclui a pesquisadora.